



FCC – Direito Constitucional

Questões de Direito Constitucional, extraídas de provas da Fundação Carlos Chagas, visando o estudo para concursos de Tribunais da União (TRF, TRT e TRE)

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues
MULTIVERSO JURIDICO

Questões de Direito Constitucional da Fundação Carlos Chagas

Sumário

1. Constituição: conceito e poder constituinte.....	2
2. Dos princípios fundamentais.....	4
03. Dos direitos e garantias fundamentais.....	6
03.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	6
Igualdade.....	6
Vida e Privacidade.....	6
Liberdade.....	7
Propriedade.....	10
Garantias Penais.....	11
Garantias Processuais.....	13
Remédios Constitucionais.....	14
Temas diversos e Parágrafos do art. 5º.....	15
03.2 Direitos Sociais.....	15
Direitos do Trabalhador.....	16
03.3 Nacionalidade e Direitos Políticos.....	17
04. Da organização do Estado.....	20
04.1 Da organização Político-Administrativa.....	20
04.2 Da União.....	21
04.3 Dos Estados Federados.....	22
04.4 Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios.....	23
05. Da Administração Pública.....	24
06. Da Organização dos Poderes.....	29
06.1 Do Poder Legislativo.....	29
06.2 Do Poder Executivo.....	35
06.3 Do Poder Judiciário.....	37
Disposições Gerais.....	37
Do Supremo Tribunal Federal e Do Superior Tribunal de Justiça.....	38
Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais.....	39
Dos Tribunais e Juízes Eleitorais e Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	40
06.4 Das Funções Essenciais à Justiça.....	41
Gabarito.....	43

1. Constituição: conceito e poder constituinte.

01. TCM-GO - Procurador do Ministério Público de Contas - 2015.

NÃO integram a Constituição formal brasileira os comandos expressos

- a) no corpo permanente da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.
- b) no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- c) nas súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) nas normas isoladas de emendas constitucionais.
- e) nos tratados de direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

02. DPE-RS - Defensor Público - 2011.

No que se refere ao Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Constituinte genuíno estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes que o regerão.
- b) Existe Poder Constituinte na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de qualquer Constituição posterior.
- c) O Poder Constituinte derivado decorre de uma regra jurídica constitucional, é ilimitado, subordinado e condicionado.
- d) Quando os Estados-Federados, em razão de sua autonomia político-administrativa e respeitando as regras estabelecidas na Constituição Federal, auto organizam-se por meio de suas constituições estaduais estão exercitando o chamado Poder Constituinte derivado decorrente.
- e) Para parte da doutrina, a titularidade do Poder Constituinte pertence ao povo, que, entretanto, não detém a titularidade do exercício do poder.

03. SEPLADR-SP - Especialista em Políticas Públicas - 2009.

O Poder Constituinte denominado originário

- a) consubstancia manifestação do poder soberano do Estado, não sofrendo limitações de natureza jurídica no plano interno.
- b) tem como características a precariedade e a informalidade, servindo apenas para a estruturação do Poder Constituinte derivado.
- c) não existe em Estados federativos, porquanto as Constituições dos Estados-membros estão adstritas às limitações estabelecidas na Constituição federal.
- d) somente se manifesta por meio de Assembleia Constituinte, eleita de acordo com os princípios democráticos.
- e) pode se manifestar por meio de emendas pontuais ou mediante ampla revisão da Constituição preexistente.

04. TRE-RS – Técnico Judiciário - 2010.

Em matéria de Poder Constituinte analise:

- I. O poder que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente atribui aos estados-membros para se auto organizarem, por meio da elaboração de suas próprias Constituições.
- II. O poder que tem como característica, dentre outras, a de ser ilimitado, autônomo e incondicionado.

Esses poderes dizem respeito, respectivamente, às espécies de poder constituinte

- a) decorrente e originário.
- b) derivado e reformador.
- c) reformador e revisor.
- d) originário e revisor.
- e) decorrente e derivado.

05. Prefeitura de São Paulo – Auditor Fiscal Tributário - 2007

A Constituição Federal brasileira pode ser reformada

- a) por lei ordinária ou emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- b) por lei ordinária ou emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- c) por emenda constitucional, desde que preservadas as cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- d) por emenda constitucional, não havendo previsão de cláusulas pétreas insuscetíveis de alteração.
- e) por emenda constitucional, exclusivamente para que seja prevista nova revisão constitucional.

06. BACEN – Procurador do Banco Central - 2006.

O poder constituinte derivado se manifesta, na Constituição brasileira, pela possibilidade de promulgação de emendas constitucionais. Todavia, há limites formais e materiais ao poder de reforma constitucional, sendo correto afirmar que

- a) o Presidente da República não pode encaminhar proposta de emenda constitucional, razão pela qual a emenda não está sujeita a sanção ou veto.
- b) a Constituição não poderá ser reformada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- c) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, a forma unitária e republicana de Estado e os direitos individuais e sociais.
- d) existem limites implícitos ao poder de reforma constitucional, decorrentes dos princípios de direito internacional, em virtude da adoção da teoria monista pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) a proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta a qualquer tempo, por conta da supremacia do poder constituinte.

2. Dos princípios fundamentais.

07. TRT – 8ª Região – Analista Judiciário – 2010.

As finalidades básicas do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo são

- a) a unidade nacional e a necessidade descentralizadora.
- b) o direito de secessão e a prevalência dos interesses da União sobre os Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) o direito de secessão e a necessidade de auto-organização.
- d) dúplice capacidade de auto-organização dos Estados e Municípios e sujeição aos interesses da União.
- e) dúplice capacidade de auto-organização dos Estados e Municípios e o direito de secessão.

08. TRF – 4ª Região – Técnico Judiciário - 2010.

Soberania, cidadania e pluralismo político, de acordo com a Constituição Federal, constituem

- a) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) direitos políticos coletivos.
- c) garantias fundamentais.
- d) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- e) princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

09. TRT – 5ª Região – Analista Judiciário - 2013.

A Constituição Federal de 1988 é conhecida como “cidadã”, uma vez que estabeleceu grandes avanços no que diz respeito às relações sociais. Nessa lei maior, os valores sociais do trabalho são considerados para a República Federativa do Brasil um

- a) fundamento.
- b) objetivo fundamental.
- c) princípio de relação internacional.
- d) direito supranacional.
- e) dever supranacional.

10. TRE – RR – Técnico Judiciário - 2015.

Nos termos da Constituição de 1988, são fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros,

- a) cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e inafastabilidade da jurisdição.
- b) dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e função social da propriedade.
- c) soberania, igualdade e liberdade.
- d) dignidade da pessoa humana, direito à vida e à saúde e fraternidade.
- e) soberania, cidadania e pluralismo político.

11. TRT – 6ª Região – Analista Judiciário - 2012.

O voto é uma das principais armas da Democracia, pois permite ao povo escolher os responsáveis pela condução das decisões políticas de um Estado. Quem faz mau uso do voto deixa de zelar pela boa condução da política e põe em risco seus próprios direitos e deveres, o que afeta a essência do Estado Democrático de Direito. Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previstos na Constituição, aquele que mais adequadamente se relaciona à ideia acima exposta é a

- a) soberania.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) cidadania.
- d) independência nacional.
- e) dignidade da pessoa humana.

12. TST – Analista Judiciário - 2012.

De acordo com a Constituição Federal, são Poderes da União

- a) independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- b) independentes e harmônicos entre si apenas o Legislativo e o Executivo, já que o Poder Judiciário não pode ser considerado Poder da União.
- c) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo este último hierarquicamente superior aos demais.
- d) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo o Legislativo hierarquicamente superior aos demais.
- e) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo o Executivo hierarquicamente superior aos demais.

13. TST – Analista Judiciário - 2012.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil NÃO se inclui

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) promover o pluralismo político.

14. SEFAZ – SP – Técnico da Fazenda Estadual - 2010.

A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- a) prevalência dos direitos humanos e não-intervenção.
- b) diferença entre os Municípios e solução bélica dos conflitos.
- c) dependência nacional e indeterminação dos povos.
- d) defesa da paz e vedação de asilo político.

e) determinação dos povos e vedação à extradição do estrangeiro.

15. MANAUSPREV – Analista Previdenciário - 2015.

Nas suas relações internacionais, conforme dispõe a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelos princípios da

- a) concessão de asilo político, não intervenção e pluralismo político.
- b) garantia do desenvolvimento nacional, autodeterminação dos povos e igualdade entre os gêneros.
- c) defesa da paz, prevalência dos direitos humanos e pluralismo político.
- d) solução pacífica dos conflitos, igualdade entre os gêneros e erradicação da pobreza.
- e) autodeterminação dos povos, defesa da paz e não intervenção.

03. Dos direitos e garantias fundamentais.

03.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Igualdade

16. DPE – SP – Defensor Público do Estado - 2010.

O Congresso Nacional promulgou, em agosto de 2006, a Lei no 11.340, conhecida por "Lei Maria da Penha", a qual criou mecanismos para proteger a mulher que é vítima de violência doméstica e familiar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade no 19 (ADC-19) para declarar a constitucionalidade de dispositivos da referida lei, o que trouxe ainda mais força para sua aplicação.

O princípio constitucional, relacionado aos direitos fundamentais, que embasa a "Lei Maria da Penha", permitindo que a mulher receba um tratamento jurídico preferencial em relação ao homem nas situações de violência doméstica e familiar, é o da

- a) função social da propriedade.
- b) liberdade individual.
- c) igualdade material.
- d) inviolabilidade domiciliar.
- e) segurança jurídica.

Vida e Privacidade

17. TCE – AP – Analista de Controle Externo - 2012.

Estabelece a Constituição Federal que a casa é asilo inviolável do indivíduo e nela pode entrar, sem o consentimento do morador,

- a) qualquer pessoa em estado de miserabilidade.
- b) oficial de justiça, munido de autorização do juiz, a qualquer hora.

- c) qualquer pessoa para prestar socorro.
- d) oficial de justiça, munido de autorização administrativa, apenas durante o dia.
- e) policial militar munido de ofício de delegado de polícia.

18. TRT - 1ª Região - Analista Judiciário - 2013.

Em virtude da garantia constitucional do direito à intimidade, da inviolabilidade de domicílio e do sigilo das comunicações, seria considerada ilícita a prova decorrente de

- a) cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- b) gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro.
- c) análise dos últimos registros telefônicos em aparelhos celulares apreendidos após a efetuação de prisão em flagrante.
- d) apreensão de livros contábeis, em escritório de contabilidade, por agentes fazendários e policiais federais, sem mandado judicial e sem anuência do responsável pelo escritório.
- e) realização de prisão em flagrante, sem mandado judicial, nas situações especificadas em lei.

19. TRF - 4ª Região - Técnico Judiciário - 2014.

Nos termos da Constituição da República, exige-se ordem judicial para

- a) efetuar a prisão de alguém em flagrante delito.
- b) utilização, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos.
- c) entrar na casa de um indivíduo, sem seu consentimento, exceto para prestar socorro.
- d) quebra do sigilo das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal.
- e) extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Liberdade

20. TRT - 6ª Região - Analista Judiciário - 2011.

Segundo o Art. 5º da Constituição Federal, é livre a manifestação do pensamento, sendo

- a) vedado o anonimato.
- b) vedada a propaganda ideológica.
- c) vedados os cultos religiosos.
- d) vedada a manifestação de estrangeiros.
- e) vedada a parcialidade na Comunicação Social.

21. TCE - PR - Analista de Controle - 2011

Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,

- a) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.

- b) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- c) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- d) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- e) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.

22. Prefeitura Municipal de Cuiabá – Procurador do Município - 2014.

Um grupo de universitários pretende organizar uma passeata pelas ruas do centro de Cuiabá, em defesa da descriminalização do uso de entorpecentes para fins terapêuticos e recreativos. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a manifestação poderá ser

- a) realizada, independentemente de autorização, por ser expressamente vedada a interferência estatal no funcionamento de associações.
- b) impedida, mediante decisão da autoridade administrativa competente, na medida em que a Constituição somente assegura a liberdade de reunião para fins lícitos, sendo esta norma constitucional autoexecutável.
- c) impedida, por não possuir fins lícitos, desde que mediante determinação judicial, em função da reserva jurisdicional existente para restrição do direito de reunião.
- d) realizada, independentemente de autorização, desde que não frustre outra manifestação convocada para o mesmo local, bastando prévio aviso à autoridade competente.
- e) realizada, mediante prévia autorização da autoridade competente.

23. TRT – 19ª Região – Analista Judiciário – 2014.

Astolpho Lucio Gregório Coragem, jornalista de um dos mais importantes veículos de comunicação do País, denuncia, de forma veemente, em longa reportagem, atos de corrupção praticados em órgão público da alta Administração federal, sem revelar a sua fonte. De acordo com a norma constitucional vigente,

- a) o jornalista sofrerá processo disciplinar e ação de improbidade por se utilizar de informações de fonte não revelada.
- b) por se tratar de crime contra a Administração pública, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- c) o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- d) o jornalista tem o dever de revelar ao Ministério da Defesa e ao Poder Judiciário sua fonte de informações em processo protegido pelo segredo de justiça.
- e) em razão da prerrogativa de foro das autoridades envolvidas nos atos de corrupção noticiados, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.

24. TCE – AP – Técnico de Controle Externo - 2012.

Em relação à liberdade de crença, estabelece a Constituição que

- a) o Estado brasileiro, por ser laico, não pode prestar assistência religiosa em entidades de interação coletiva.

- b) uma pessoa perderá direitos políticos caso alegue motivo de crença religiosa para se livrar do cumprimento de obrigação a todos imposta e se oponha a cumprir prestação alternativa.
- c) a garantia do livre exercício dos cultos religiosos não abrange a proteção do estrangeiro por motivos de segurança nacional.
- d) as igrejas, para professarem seus cultos, dependem de autorização administrativa, a qual será negada a instituições que utilizam práticas de curandeirismo.
- e) as igrejas, para serem proprietárias de bens imóveis, devem adquirir personalidade jurídica que as equipare às fundações.

25. TJ - Go - Juiz Estadual. Disciplina - 2015.

A Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, estabelece, em seu art. 8º, inciso IV e § 1º, que, "para inscrição como advogado é necessário" haver "aprovação em Exame de Ordem", "regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB". A exigência em questão é

- a) inconstitucional, apenas no que se refere à atribuição de competência ao Conselho Federal da OAB para regulamentar o exame, por se tratar de condicionamento à liberdade de exercício profissional que somente a lei poderia estabelecer.
- b) constitucional, por ser compatível tanto com a exigência de lei para o estabelecimento de condições para o exercício profissional, como com a finalidade institucional do exercício da advocacia como função essencial à Justiça.
- c) inconstitucional, por estabelecer condicionamento prévio à liberdade de exercício profissional.
- d) inconstitucional, por transbordar dos limites de regulação do exercício profissional, ao afetar a própria escolha profissional, que não pode sofrer condicionamentos, nos termos da Constituição.
- e) constitucional, ainda que se trate de matéria reservada à lei complementar.

26. INSS - Técnico do Seguro Social - 2012.

Cinco amigos, moradores de uma favela, decidem criar uma associação para lutar por melhorias nas condições de saneamento básico do local. Um político da região, sabendo da iniciativa, informa-lhes que, para tanto, será necessário obter, junto à Prefeitura, uma autorização para sua criação e funcionamento. Nesta hipótese,

- a) os cinco amigos não conseguirão criar a associação, pois a Constituição Federal exige um número mínimo de dez integrantes para essa iniciativa.
- b) a informação que receberam está errada, pois a Constituição Federal estabelece que a criação de associações independe de autorização.
- c) após a criação da associação, os moradores da favela serão obrigados a se associarem.
- d) o estatuto da associação poderá prever atividades paramilitares, caso essa medida seja necessária para a proteção de seus integrantes.
- e) para iniciar suas atividades, a associação precisará, além da autorização da prefeitura, de um alvará judicial.

27. TRT – 6ª Região – Técnico Judiciário - 2012.

Em relação à liberdade de associação, determina a Constituição Federal que as associações

- a) dependem de autorização judicial para serem criadas, embora seja vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) podem ter natureza paramilitar, em casos excepcionais, para a proteção da segurança pública.
- c) dependem do registro de seu estatuto em cartório, com a indicação de, no mínimo, três integrantes, para serem formalmente reconhecidas.
- d) só podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado.
- e) podem representar seus filiados apenas extrajudicialmente, pois, mesmo que autorizadas, não têm legitimidade para representá-los judicialmente.

Propriedade

28. TRE – AP – Analista Judiciário - 2011.

Ulisses foi obrigado a desocupar sua residência porque o Corpo de Bombeiros a requisitou para acessar e apagar um incêndio no imóvel dos fundos que se alastrava com rapidez e tomava enormes proporções, e que poderia queimar o referido imóvel, aniquilar todo o restante do quarteirão, causar a morte de um grupo indeterminado de pessoas e danos à comunidade. Porém, os bombeiros no manuseio das mangueiras de água danificaram todos os móveis e eletrodomésticos que se encontravam no interior do imóvel. Segundo a Constituição Federal, ao Ulisses

- a) está assegurada indenização ulterior de todos os danos causados pelo Corpo de Bombeiros no combate ao incêndio.
- b) não está assegurada indenização ulterior em hipótese alguma, posto que o caso se tratava de iminente perigo público.
- c) está assegurada indenização dos danos, limitada de até vinte salários mínimos.
- d) está assegurada indenização dos danos, limitada de até quarenta salários mínimos.
- e) não está assegurada indenização, posto que o caso se tratava de força maior, salvo se Ulisses provar que a requisição de sua casa era dispensável ao combate do incêndio.

29. TJ – PE – Juiz Estadual - 2011.

Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira de 1988 é correto afirmar:

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso e eventual dano.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
- e) São gratuitos, para os brasileiros, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

Garantias Penais

30. SEAD – PI – Gestor Público - 2013.

A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras,

- a) a privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos.
- b) a privação ou restrição da liberdade, multa, prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direitos e de trabalhos forçados.
- c) a privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e de trabalhos forçados.
- d) a privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, suspensão ou interdição de direitos e de trabalhos forçados.
- e) a privação ou restrição da liberdade, perda de bens, prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direitos e de trabalhos forçados.

31. INSS – Perito Médico Previdenciário - 2012.

Segundo previsão expressa da Constituição Federal, a pena de morte

- a) não é admitida, em nenhuma hipótese.
- b) é admitida no caso de crimes hediondos.
- c) poderá ser substituída pela pena de banimento, no caso de crimes contra a segurança nacional.
- d) é admitida no caso de guerra declarada.
- e) é admitida, desde que não cause sofrimento ao condenado.

32. DPE – SP – Oficial da Defensoria Pública - 2013.

Considere os seguintes crimes:

I. Tortura.

II. Terrorismo.

III. Racismo.

IV. Ação de grupos armados (civis ou militares) contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Nos termos da Constituição Federal brasileira, detêm as características de “inafiável e imprescritível” os crimes descritos em

- a) II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

33. TRE - SP - Analista Judiciário - 2012.

Suponha que, num processo judicial, após a constatação do desaparecimento injustificado de bem que estava sob a guarda de depositário judicial, o magistrado decretou a prisão civil do depositário.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a prisão civil foi decretada

- a) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito apenas o depositário judicial, e não o contratual.
- b) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito o depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- c) irregularmente, uma vez que a pena somente pode ser aplicada ao depositário infiel que assumiu contratualmente o ônus da guarda do bem.
- d) irregularmente, uma vez que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- e) irregularmente, uma vez que é inconstitucional a prisão civil por dívida, qualquer que seja seu fundamento.

34. TRF - 1ª Região - Técnico Judiciário - 2011.

Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo, além de outra hipótese, no caso de

- a) tráfico de drogas.
- b) tortura.
- c) racismo.
- d) terrorismo.
- e) transgressão militar, definida em lei.

35. TRE - RS - Analista Judiciário - 2010.

Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, é certo que

- a) o preso tem direito a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- b) poderá ser concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- c) as provas obtidas por meios ilícitos, excepcionalmente, podem ser admissíveis no processo penal, mas são vedadas no civil.
- d) a prisão ilegal poderá ser revogada pelo juiz, membro do Ministério Público ou autoridade policial.
- e) o direito de publicação de obras é exclusivo de seus autores, sendo intransmissível aos herdeiros.

36. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2012.

Sebastião foi preso em flagrante e levado pela autoridade policial para a Delegacia de Polícia mais próxima do local do crime. Segundo a Constituição Federal brasileira,

- a) se não houver familiar, Sebastião poderá indicar pessoa para que seja avisada de sua prisão, aviso esse que será realizado pela autoridade policial até vinte e quatro horas do crime, oficiando o juiz competente no prazo de cinco dias.
- b) o juiz competente e a família apenas deverão ser avisados pela autoridade policial do local do crime, até vinte e quatro horas da prisão de Sebastião.
- c) a família deverá ser avisada pela autoridade policial até vinte e quatro horas da prisão de Sebastião e o juiz competente até quarenta e oito horas.
- d) o juiz competente deverá ser avisado pela autoridade policial até vinte e quatro horas da prisão de Sebastião e a família no prazo de quarenta e oito horas.
- e) a autoridade policial deve comunicar imediatamente ao juiz competente e à família do preso, ou à pessoa por ele indicada, sobre a prisão e a Delegacia de Polícia para onde Sebastião foi levado.

Garantias Processuais

37. DPE - RS - Defensor Público do Estado - 2011.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso LV, preconiza que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Considerando tal disposição, leia as afirmativas abaixo.

I. O contraditório e a ampla defesa referidos no dispositivo supracitado referem-se somente ao processo penal e administrativo, tanto que todo aquele que comparecer a Juízo sem advogado, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para efetuar a defesa.

II. Lei infraconstitucional pode condicionar o acesso ao Judiciário ao prévio exaurimento das vias administrativas, como forma de garantir o disposto no artigo supra referido.

III. O contraditório e a ampla defesa não podem ser abolidos pelo legislador, pois fazem parte das cláusulas pétreas dispostas no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

38. TRF - 5ª Região - Analista Judiciário - 2013.

Conversação telefônica mantida entre duas pessoas é gravada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, com a intenção de produzir prova para defesa própria em processo criminal. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a gravação é considerada

- a) prova obtida por meio ilícito, não podendo ser utilizada no processo, embora possam ser aproveitadas processualmente provas obtidas a partir de elementos colhidos na gravação.
- b) ofensiva ao direito de intimidade daquele que desconhecia sua realização, razão pela qual sua utilização como meio de prova depende da concordância prévia deste.

- c) ofensiva à garantia do sigilo das comunicações telefônicas, que somente podem ser interceptadas por determinação judicial, razão pela qual não serve como meio de prova.
- d) ofensiva à garantia do contraditório e da ampla defesa, uma vez que produzida sem o conhecimento de uma das partes envolvidas, o que impede sua utilização no processo.
- e) lícita, podendo ser utilizada no processo para os fins pretendidos.

Remédios Constitucionais

39. INSS - Técnico do Seguro Social - 2012.

A garantia individual adequada para alguém que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, é

- a) o mandado de segurança.
- b) o habeas data.
- c) a ação civil pública.
- d) o habeas corpus.
- e) o mandado de injunção.

40. TRE - AP - Analista Judiciário - 2011.

Segundo a Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação

- a) no mínimo em dez Municípios localizados num único Estado.
- b) na Câmara de Vereadores do Município onde está localizada sua sede.
- c) na Assembleia Legislativa do Estado onde está localizada sua sede.
- d) no mínimo com três Assembleias Legislativas de três Estados.
- e) no Congresso Nacional.

41. TRT - 24ª Região - Juiz do Trabalho - 2014.

Cabe ser impetrado mandado de injunção

- a) ante a ausência de legislação que, com fundamento na competência da União para dispor sobre sistemas de consórcios e sorteios, regulamente a atividade de exploração de jogos de bingo.
- b) perante o Supremo Tribunal Federal, caso a falta de norma regulamentadora do preceito constitucional seja atribuída ao Poder Legislativo estadual.
- c) perante órgão de primeiro grau da Justiça Federal, caso a falta de norma regulamentadora do preceito constitucional seja atribuída à entidade da Administração indireta da União.
- d) ante a ausência de legislação que estabeleça os crimes de responsabilidade dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça, em face da competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar tais casos.
- e) ante a ausência de lei que institua o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas.

Temas diversos e Parágrafos do art. 5º

42. TRF - 2ª Região - Técnico Judiciário - 2012.

Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, considere:

I. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.

III. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

IV. É assegurada, nos termos da lei, a proteção à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, está correto o que consta APENAS em

a) I, III e IV.

b) I, II e III.

c) II e IV.

d) II, III e IV.

e) I e II.

43. DPE - AM - Defensor Público do Estado - 2013.

De acordo com a jurisprudência atualmente predominante no Supremo Tribunal Federal, um tratado internacional de direitos humanos, ratificado na forma do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, possui força normativa equivalente à de norma

a) formalmente constitucional.

b) legal ordinária.

c) legal complementar.

d) supralegal e infraconstitucional.

e) regulamentar.

03.2 Direitos Sociais

44. TRF - 2ª Região - Auxiliar Judiciário - 2007.

NÃO é considerado um direito social, expressamente previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988,
a

a) segurança.

b) educação.

c) livre concorrência.

d) saúde.

e) previdência social.

Direitos do Trabalhador

45. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2007.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de

- a) 12 anos.
- b) 14 anos.
- c) 16 anos.
- d) 18 anos.
- e) 21 anos.

46. TRF - 2ª Região - Técnico Judiciário - 2007.

É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, a

- a) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até dez anos de idade em creches e pré-escolas.
- b) proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.
- c) duração do trabalho normal não superior a quarenta e oito semanas.
- d) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em setenta por cento à do normal.

47. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2007.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, no Artigo 7º, dispõe sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Além de outros, um desses direitos é

- a) o piso salarial fixo, independente da extensão e da complexidade do trabalho.
- b) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) o 13º salário com base na remuneração média ou no valor da aposentadoria.
- d) a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e quarenta e oito horas semanais, facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 16 anos.

48. AL - PB - Assessor Técnico Legislativo - 2013.

Considere:

I. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

II. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

III. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

IV. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, os indicados APENAS em

a) I, II e IV.

b) III e IV.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

e) I e IV.

49. BACEN – Técnico do Banco Central - 2006.

A respeito da fundação de sindicato, considere, dentre outros, os requisitos abaixo.

I. Autorização do Estado para a respectiva fundação.

II. Inexistência de outra organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

III. Requerimento de registro no órgão competente.

IV. Concessão do prazo mínimo de 6 (seis) meses para que os representantes da categoria se filiem, obrigatoriamente, ao sindicato.

Estão corretos, de acordo com a Constituição Federal brasileira, os indicados APENAS em

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, II e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

03.3 Nacionalidade e Direitos Políticos

50. TCE – RS – Auditor Público Externo - 2014.

Sicrano, filho de mãe brasileira e pai egípcio, nascido durante período em que seus pais eram estudantes universitários na França, veio, após a maioridade, a residir no Brasil, onde pretende viver pelo resto de sua vida. Nos termos da Constituição da República, Sicrano

a) somente seria considerado brasileiro nato se, quando de seu nascimento, sua mãe, que era brasileira, estivesse no exterior a serviço da República Federativa do Brasil.

b) poderá vir a ser brasileiro naturalizado, se efetivamente residir no país por até quinze anos ininterruptos, desde que requeira a nacionalidade brasileira.

c) é considerado brasileiro naturalizado, desde o momento em que fixou residência no país, já que é filho de mãe brasileira, estando sujeito, contudo, a extradição, na hipótese de cometimento de crime comum a partir de então.

d) será considerado brasileiro nato, se optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, caso em que não estará sujeito a extradição, nem mesmo na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

e) somente seria considerado brasileiro nato se, quando de seu nascimento, houvesse sido registrado em repartição brasileira competente.

51. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2007.

Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, exceto os originários de países de língua portuguesa, sujeitos a outra regra, poderão requerer a nacionalidade brasileira desde que residam na República Federativa do Brasil, sem condenação penal, há no mínimo

- a) dez anos ininterruptos.
- b) dez anos ininterruptos ou não.
- c) quinze anos ininterruptos.
- d) quinze anos ininterruptos ou não.
- e) doze anos ininterruptos.

52. SER - PB - Auditor Fiscal Tributário - 2006.

O brasileiro naturalizado, com idade de trinta e cinco anos, domicílio eleitoral no Estado, filiado a partido político e que esteja no exercício pleno de seus direitos políticos poderá candidatar-se a

- a) Vice-Presidente da República, Governador do Estado ou Senador.
- b) Presidente da República, Senador ou Governador do Estado.
- c) Deputado Federal, Governador do Estado ou Deputado Estadual.
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal, Deputado Federal ou Senador.
- e) Ministro de Estado da Defesa, Vice-Governador do Estado ou Deputado Estadual.

53. TRT - 1ª Região - Técnico Judiciário - 2013.

Segundo a Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro

- a) nato que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) nato que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- c) nato que residir em outro país por mais de trinta anos sem interrupção e lá for condenado a cumprir pena de reclusão.
- d) naturalizado que adquirir outra nacionalidade, ainda que em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- e) que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

54. TRF – 3ª Região – Analista Judiciário - 2014.

Sobre o alistamento eleitoral e o direito do voto, a Constituição Federal estabelece que

- a) a facultatividade aplica-se apenas aos analfabetos, aos maiores de 70 anos e aos maiores de 16 e menores de 18 anos.
- b) a facultatividade aplica-se somente aos analfabetos.
- c) o voto no sistema eleitoral brasileiro é obrigatório a todos.
- d) o alistamento eleitoral no sistema brasileiro é obrigatório a todos.
- e) o alistamento é obrigatório, mas o voto é facultativo aos estrangeiros residentes no Brasil.

55. TRT – 19ª Região – Técnico Judiciário - 2014.

Ygor Marcello, 18 anos, nascido em São Paulo, reside em Belo Horizonte, onde é famoso como cantor de pagode, além de admirado, por seu dinamismo, entre os colegas do quartel em que presta o serviço militar obrigatório. Pretende se candidatar a vereador na capital mineira.

Conforme determina a Constituição federal, Ygor

- a) não tem a idade mínima para ser eleito vereador.
- b) deve confirmar, junto ao Ministério da Justiça, sua opção pela nacionalidade brasileira antes da candidatura.
- c) não é elegível por se encontrar conscrito.
- d) deverá cumprir prestação alternativa para substituir eventuais faltas que venha a ter no serviço militar em decorrência de sua campanha eleitoral.
- e) prescinde de filiação partidária para se candidatar.

56. AL – PB – Consultor Legislativo - 2013.

Considere a seguinte situação hipotética: A família “X” é tradicional na política do Estado da Paraíba. Nas próximas eleições para Deputado Estadual, cinco membros da família: Tobias, 19 anos de idade, estudante de direito; Dinorá, 22 anos de idade, estudante de arquitetura; Cassiano, 28 anos de idade, jornalista; Vera, 30 anos de idade, advogada e Georgia, 42 anos de idade, com conclusão somente do ensino médio, pretendem concorrer para o exercício do cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do referido estado. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, podem concorrer às mencionadas eleições

- a) Dinorá, Cassiano, Vera e Georgia, apenas.
- b) Cassiano, Vera e Georgia, apenas.
- c) Vera e Georgia, apenas.
- d) Cassiano e Vera, apenas.
- e) Tobias, Dinorá, Cassiano, Vera e Georgia.

57. AL – PB – Consultor Legislativo - 2013.

Considere a seguinte situação hipotética: Márcia é Governadora do Estado da Paraíba e Diana é Prefeita da cidade de Teixeira. Ambas pretendem concorrer ao cargo de Presidente da República. Neste caso,

- a) há impedimento legal para concorrerem ao cargo específico de Presidente da República, sendo vedada a renúncia de seus respectivos cargos pela carta magna.
- b) ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

- c) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até um ano antes do pleito.
- d) ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até doze meses antes do pleito.
- e) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até três meses antes do pleito.

58. TRT - 9ª Região - Analista Judiciário - 2013.

Considere as assertivas:

I. Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

II. Improbidade administrativa.

III. Incapacidade civil relativa.

IV. Cancelamento de naturalização por sentença judicial, ainda que não transitada em julgado.

Nos termos da Constituição Federal, dentre outras hipóteses, a perda ou suspensão dos direitos políticos se dará nos casos descritos em

- a) I, II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

04. Da organização do Estado

04.1 Da organização Político-Administrativa

59. TCE - RS - Auditor Público Externo - 2014.

Na hipótese de determinado Estado pretender desmembrar-se da Federação brasileira, o ato em questão

- a) será incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio constitucional da separação de poderes.
- b) deverá ser objeto de proposta de emenda à Constituição, discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, no mínimo dois terços dos votos dos respectivos membros.
- c) será incompatível com a Constituição da República, uma vez que a federação brasileira é formada pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal.
- d) deverá ser precedido de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) deverá ser autorizado por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população envolvida.

60. TRT – 2ª Região – Técnico Judiciário - 2014.

O Brasil assume a forma de Estado Federal na Constituição Federal. É correto afirmar a respeito da forma federativa brasileira:

- a) Os Estados-membros possuem autonomia administrativa e política, sendo dado a eles o direito de secessão.
- b) Os municípios não são órgãos federativos, uma vez que não possuem representatividade no Senado Federal.
- c) Os Estados e municípios têm autonomia federativa, que se baseia na atribuição de competências próprias e na existência de órgãos governamentais próprios.
- d) Os Estados e municípios não detêm personalidade jurídica no Direito Público Interno, mas somente a União.
- e) Os municípios podem ser criados, fundidos ou desmembrados por lei complementar federal

61. AL – PB – Procurador da Assembleia Legislativa - 2013.

Em relação à repartição constitucional em matéria de competência legislativa, é correto afirmar:

- a) Os Municípios possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.
- b) Os Estados poderão delegar sua competência privativa aos Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.
- c) A União possui competência privativa taxativamente prevista pela Constituição Federal.
- d) A União poderá delegar sua competência legislativa privativa aos Estados e Municípios, desde que seja por lei complementar e se refira a ponto específico dentro de uma das matérias de sua competência privativa.
- e) Os Estados possuem competência privativa taxativamente prevista na Constituição Federal.

04.2 Da União

62. TRE – RR – Técnico Judiciário - 2015.

Nos termos da Constituição Federal, as leis eleitorais podem ser editadas

- a) pela União, Estados e Municípios.
- b) somente pela União.
- c) pelos Municípios, quanto às eleições Municipais, e pela União, nos pleitos Nacionais e Estaduais.
- d) somente pela União e pelos Estados, estes ante a existência de autorização legal.
- e) somente pelos Estados, quanto à composição de sua Assembleia Legislativa.

63. TRF – 5ª Região – Analista Judiciário - 2013.

Projeto de lei complementar que visa a autorizar os Estados da Federação a legislar sobre questões específicas relativas à desapropriação de imóveis urbanos e rurais é apreciado pelas Casas do Congresso

Nacional, obtendo voto favorável à aprovação pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e por 42 Senadores. Nessa hipótese, o projeto de lei complementar

- a) é incompatível com a Constituição da República, por delegar aos Estados matéria de competência legislativa privativa da União.
- b) é incompatível com a Constituição da República, dado que a matéria em questão é de competência legislativa concorrente, em relação à qual a União somente pode editar normas gerais, não podendo legislar sobre aspectos relativos a questões específicas, de competência dos Estados.
- c) foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, de maneira que sequer poderia ter sido submetido à votação do Senado Federal.
- d) foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas rejeitado pelo Senado Federal, de modo que a matéria somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- e) foi devidamente aprovado pelas Casas do Congresso Nacional e será encaminhado ao Presidente da República, que disporá de 15 dias úteis, contados do recebimento, para sancioná-lo ou vetá-lo, no todo ou em parte.

64. TRT – 2ª Região – Analista Judiciário - 2014.

É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito

- a) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.
- b) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.
- c) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.
- d) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.
- e) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.

65. TJ – PE – Consultor Legislativo - 2013.

Compete privativamente à União legislar sobre

- a) responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico.
- b) proteção e defesa da saúde.
- c) águas.
- d) orçamento.
- e) cultura.

04.3 Dos Estados Federados

66. TCE – RS – Auditor Público Externo - 2014.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em matéria ambiental, compete

- a) ao Município legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

- b) ao Município legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- c) ao Município atuar concorrentemente com União, Estados e Distrito Federal na proteção do meio ambiente e no combate à poluição em qualquer de suas formas.
- d) apenas à União, Estados e Distrito Federal a preservação das florestas, da fauna e da flora.
- e) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

67. DPE – SP – Oficial de Defensoria Pública - 2013.

Considere as seguintes assertivas:

- I. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal brasileira.*
- II. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.*
- III. Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.*
- IV. Incluem-se entre os bens dos Estados, dentre outros, as terras devolutas não compreendidas entre as da União.*

Nos termos da Constituição Federal brasileira, está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

04.4 Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios

68. DPE – AM – Defensor Público - 2013.

Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos na Constituição Federal, cabe

- a) à União explorar diretamente, ou mediante concessão, o serviço de gás canalizado.
- b) aos Estados-membros definir as rotas dos veículos de transporte público municipal.
- c) aos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais ou lacustres.
- d) aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, o serviço de gás canalizado.
- e) aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

69. Prefeitura Municipal de Cuiabá – Procurador do Município - 2014.

Segundo a Constituição Federal, compete ao Município

- a) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- b) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- c) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- d) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
- e) permitir que forças estrangeiras transitem por seu território ou nele permaneçam temporariamente.

05. Da Administração Pública

70. TRT – 1ª Região – Técnico Judiciário - 2013.

Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela Administração pública

- a) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, mas não dos Estados e dos Municípios, que poderão dispor sobre a matéria diferentemente.
- b) direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, não se aplicando, todavia, aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- c) direta, mas não pela indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) indireta, mas não pela direta, de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

71. TRF – 3ª Região – Analista Judiciário - 2014.

A proibição de que determinado governo – de qualquer nível – ao exteriorizar em placas, anúncios, propaganda e outros meios de divulgação de suas obras, faça qualquer referência ao nome do Presidente, Governador ou Prefeito ou do Partido Político ou coligação pelo qual foi eleito é uma decorrência do princípio constitucional da

- a) publicidade.
- b) legalidade.
- c) impessoalidade.
- d) eficiência.
- e) finalidade.

72. INSS - Técnico do Seguro Social - 2012.

Cargos públicos, segundo a Constituição Federal,

- a) são preenchidos apenas por candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos.
- b) podem ser acumulados, inclusive de forma remunerada, na hipótese de serem dois cargos de professor com outro, técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) impedem que o servidor público civil exerça o direito à livre associação sindical.
- d) em nenhuma hipótese são acessíveis a estrangeiros.
- e) proporcionam estabilidade ao servidor nomeado em caráter efetivo, após três anos de efetivo exercício e mediante avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

73. TRT - 1ª Região - Juiz do Trabalho - 2011.

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece ao seguinte:

- a) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.
- b) é garantido o direito à livre associação sindical aos servidores públicos civis, exceto àqueles que não têm o direito de greve.
- c) lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- e) a proibição constitucional de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e, por isso, não abrange empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

74. TCE - SP - Analista Judiciário - 2012.

Em junho de 2008, um órgão da Administração direta estadual homologou resultado de concurso para o preenchimento de 100 cargos de seu quadro efetivo, tendo sido aprovados e classificados, no total, 70 candidatos, dos quais 50 foram convocados para assumir os cargos respectivos. O prazo de validade do concurso, inicialmente de 2 anos, foi prorrogado por igual período, na época oportuna. A Administração pretende, até o fim do primeiro semestre de 2012, preencher as vagas remanescentes.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria, a Administração

- a) estará impedida de realizar novo concurso, durante o prazo de validade do concurso anterior, já que ainda há candidatos aprovados a serem convocados para assumir cargos.
- b) deverá, desde logo, realizar novo concurso para o preenchimento das 50 vagas remanescentes, desconsiderando os candidatos aprovados e não convocados do concurso anterior, já que não os há em número suficiente para o fim pretendido.
- c) deverá promover a responsabilização da autoridade competente para a convocação dos candidatos aprovados, por não ter adotado as providências necessárias ao preenchimento de todos os cargos vagos durante o prazo de validade do concurso.

d) poderá, desde logo, realizar novo concurso para o preenchimento das vagas remanescentes, devendo, contudo, assegurar prioridade aos aprovados no concurso anterior sobre os novos concursados, para a atribuição dos cargos em questão.

e) poderá realizar novo concurso para o preenchimento das vagas remanescentes a qualquer momento, não estando obrigada a convocar os aprovados no concurso anterior para assumir os cargos respectivos.

75. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2012.

Plínio, Roberto, Rubens, Lício e Oswaldo são todos servidores públicos estaduais, que exercem respectivamente os cargos de professor, de diretor de empresa pública, de fiscal da fazenda pública, de médico e de assistente social. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal brasileira, dentro de sua área de competência e jurisdição, o servidor que, em regra, tem precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei, é

a) Rubens.

b) Plínio.

c) Roberto.

d) Oswaldo.

e) Lício.

76. MANAUSPREV - Técnico Previdenciário - 2015.

Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre a Administração pública, é correto afirmar:

a) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Executivo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo poder Legislativo.

b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

c) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador, ainda que haja compatibilidade de horário, será afastado do cargo, emprego ou função e poderá optar pela sua remuneração.

d) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) O prazo de validade do concurso público é de até três anos, improrrogáveis, durante o qual os aprovados no concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, de carreira.

77. PGE - RO - Procurador do Estado - 2011.

O teto remuneratório constitucionalmente previsto para o Procurador do Estado corresponde

a) aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais.

b) ao subsídio do Governador.

c) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, do Chefe do Poder Executivo Estadual.

d) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF.

e) a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Deputados Estaduais e Distritais.

78. TRT - 19ª Região - Analista Judiciário - 2014.

Lei federal determinou a vinculação da remuneração dos empregados públicos da Administração federal à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo. A vinculação determinada pela Lei é

- a) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Congresso Nacional.
- b) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) inconstitucional, uma vez que vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.
- d) constitucional, uma vez que a vinculação da remuneração dos empregados públicos à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo observou o princípio da estrita legalidade.
- e) constitucional, uma vez que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração dos servidores titulares de cargos públicos, não se aplicando a restrição aos ocupantes de empregos públicos.

79. TRT - 18ª Região - Juiz do Trabalho - 2014.

O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis da Administração direta

- a) deve ser considerado inconstitucional, até que seja editada a lei definidora dos termos e limites em que possa ser exercido, a fim de preservar a continuidade da prestação dos serviços públicos.
- b) deve ser considerado abusivo se exercido por servidores públicos em estágio probatório.
- c) é constitucional, visto que previsto em norma da Constituição Federal com aplicabilidade imediata, não necessitando de regulamentação, nem de integração normativa, para que o direito nela previsto possa ser exercido.
- d) é constitucional, devendo, no entanto, observar a regulamentação legislativa da greve dos trabalhadores em geral, que se aplica, naquilo que couber, aos servidores públicos enquanto não for promulgada lei específica para o exercício desse direito.
- e) é constitucional e poderá ensejar convenção coletiva em que seja prevista a majoração dos vencimentos dos servidores públicos.

80. TJ - GO - Juiz Estadual - 2012

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:

- a) tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual (mas não distrital) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, mais a diferença pecuniária havida entre essas e a remuneração do cargo eletivo.
- d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por antiguidade.

e) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados na forma da lei, vedada a equiparação à situação de como se no exercício estivesse.

81. TCE - AP - Técnico de Controle Externo - 2012.

Nos termos da Constituição Federal, em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço

- a) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- b) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por antiguidade.
- c) será contado para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.
- d) não será computado para qualquer efeito legal.
- e) será contado tão somente para a promoção por merecimento.

82. TRT - 19ª Região - Técnico Judiciário - 2014.

Sobre os servidores públicos, conforme determina a Constituição federal, considere:

I. É estável o servidor público nomeado para cargo de provimento derivado ou efetivo, em virtude de concurso público, após dois anos de efetivo exercício.

II. O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

III. Se for invalidada, por sentença judicial, a demissão de um servidor estável, ele será reintegrado. Nesse caso, o eventual ocupante da vaga, se também estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

83. TRT - 9ª Região - Analista Judiciário - 2013.

João é servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. João pretende aposentar-se do serviço público. Neste caso, aplicar-se-á o regime

- a) geral de previdência social.
- b) especial de previdência social, ou seja, próprio dos servidores titulares de cargos efetivos.
- c) híbrido de previdência social, isto é, composto por regras do regime geral e do regime especial (próprio dos servidores titulares de cargo efetivo).
- d) exatamente igual ao aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos das autarquias federais.
- e) híbrido de previdência social, isto é, composto por regras do regime geral e do regime aplicável aos empregados públicos.

84. TRT - 16ª Região - Técnico Judiciário - 2014.

Paulo é servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e conta com vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público. Nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para se aposentar voluntariamente com proveitos proporcionais ao tempo de contribuição, Paulo deverá ter, no mínimo,

- a) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- b) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- e) 55 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

06. Da Organização dos Poderes

06.1 Do Poder Legislativo

85. TRF - 2ª Região - Técnico Judiciário - 2012.

Camargo, Carlos, Caruso, Cassio e Cardoso exercem respectivamente os cargos de Presidente do Supremo Tribunal Federal, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente da República. A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo

- a) Caruso.
- b) Carlos.
- c) Camargo.
- d) Cardoso.
- e) Cassio.

86. TRE - TO - Técnico Judiciário - 2011.

O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o

- a) princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- b) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- c) princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de quatro anos.
- d) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de quatro anos.
- e) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão seis Senadores, com mandato de quatro anos.

87. DPE - RS - Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul - 2014.

No que se refere ao Legislativo brasileiro, é correto afirmar:

- a) A imunidade material impede que um Deputado Federal seja processado por crime de homicídio praticado após a diplomação.
- b) O Congresso Nacional prescinde da sanção do Presidente da República para dispor sobre matéria relativa ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de renda.
- c) Cada legislatura compreende o período entre 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) O Deputado Federal ou o Senador que for investido em cargo de Ministro de Estado sujeita-se à perda do mandato eletivo.
- e) As deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.

88. TRF - 1ª Região - Analista Judiciário - 2011.

Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo é da competência exclusiva

- a) da Advocacia Geral da União.
- b) da Procuradoria Geral da República.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) do Congresso Nacional.
- e) do Supremo Tribunal Federal.

89. TCE - AP - Analista e Controle Externo - 2012.

É competência exclusiva do Congresso Nacional

- a) julgar o Presidente da República em caso de crime de responsabilidade.
- b) aprovar, após arguição pública, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.
- d) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- e) conceder indultos e comutar penas.

90. TRT - 16ª - Técnico Judiciário - 2014.

Considere as seguintes atribuições:

I. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

II. Fixar os subsídios dos Ministros de Estado, observadas as demais normas constitucionais.

III. Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

IV. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

De acordo com o disposto na Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional, dentre outras, as atribuições indicadas APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

91. Câmara Municipal de São Paulo – Consultor Técnico Legislativo – 2014.

Segundo a Constituição Federal, a Câmara dos Deputados tem competência privativa para

- a) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Vice-Presidente da República.
- b) suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- c) autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e celebrar a paz.
- d) processar e julgar o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- e) proceder à tomada de contas do Presidente da República quando apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

92. TRE – TO – Analista Judiciário – 2011.

Compete privativamente ao Senado Federal:

- a) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- b) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- e) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

93. Câmara Municipal de São Paulo – Técnico Administrativo – 2014.

Segundo a Constituição Federal, a competência para processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade é privativa

- a) do Supremo Tribunal Federal.
- b) do Senado Federal.
- c) do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
- d) da Advocacia-Geral da União.
- e) de Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

94. TCE - PR - Analista de Controle - 2011.

Em relação às imunidades parlamentares, a Constituição Federal estabelece que

- a) a prerrogativa dos Deputados e Senadores não serem violados civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos, no exercício da função, é denominada imunidade material.
- b) as imunidades de Deputados e Senadores são automaticamente restringidas durante a intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio.
- c) as imunidades formais e materiais de Deputados e Senadores somente podem ser alegadas no exercício da função e no recinto do Congresso Nacional.
- d) a impossibilidade de Deputados e Senadores serem presos, desde a expedição do diploma, salvo em flagrante de crime inafiançável, é um desmembramento da imunidade material.
- e) a instauração de processo contra Deputados e Senadores, pelo Supremo Tribunal Federal, depende de autorização prévia da Casa à qual pertence o parlamentar.

95. SEFAZ - PI - Analista do Tesouro Estadual - 2015.

Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal desde

- a) a posse.
- b) a eleição.
- c) a expedição do diploma.
- d) o início da legislatura.
- e) a proclamação do resultado da eleição.

96. TCE - AP - Técnico de Controle Externo - 2012.

Os Deputados Federais

- a) julgam processo de impeachment contra o Presidente da República.
- b) são eleitos por suas bases estaduais, na medida em que devem representar os interesses federativos de seus Estados-Membros no Congresso Nacional.
- c) elegem-se pelo sistema majoritário com dois suplentes.
- d) possuem mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos para um único período subsequente.
- e) não perderão o mandato se forem investidos no cargo de Ministro do Estado.

97. Prefeitura Municipal de Recife - Procurador Judicial - 2014.

A renúncia ao mandato comunicada formal e publicamente por Senador, após a instauração de processo disciplinar voltado à perda de mandato parlamentar em face de conduta incompatível com o decoro parlamentar

- a) enseja a convocação imediata do respectivo suplente, pela Mesa Diretora do Senado Federal, para que tome posse no cargo de Senador.
- b) determina o arquivamento do processo por perda de objeto.
- c) tem seus efeitos suspensos até a deliberação final do Senado Federal sobre a perda do mandato.
- d) tem como consequência imediata a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

e) somente produz efeitos caso admitida por decisão da Mesa Diretora do Senado Federal.

98. Câmara Municipal de São Paulo – Consultor Técnico Legislativo – 2014.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para

- a) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- b) eleger membros do Conselho Nacional de Justiça.
- c) revogar o mandato do Presidente da República em caso de decisão condenatória proferida pelo Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade.
- d) aprovar projetos de emenda à Constituição.
- e) receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República.

99. Câmara Municipal de São Paulo – Técnico Administrativo – 2014.

Suponha que, em razão do grande número de notícias que informam a ocorrência de corrupção no Brasil, a Câmara dos Deputados decida instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito Permanente (CPI Permanente) com a finalidade de apurar denúncias acerca da malversação do dinheiro público. Esta situação

- a) está de acordo com a Constituição Federal porque, com a criação de uma CPI Permanente, a investigação de casos de corrupção poderiam perdurar por mais de uma legislatura e não teriam prazo específico para seu término.
- b) está de acordo com a Constituição Federal porque a Câmara dos Deputados tem competência privativa para requerer a criação de CPIs Permanentes.
- c) não está de acordo com a Constituição Federal porque as CPIs não podem ser permanentes e serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- d) não está de acordo com a Constituição Federal porque o Poder Legislativo não pode realizar investigações, as quais são atos típicos de autoridades judiciais.
- e) não está de acordo com a Constituição Federal porque, embora uma CPI possa ser permanente, a investigação deve recair sobre fato determinado.

100. PGE – MT – Procurador do Estado do Mato Grosso – 2011.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competência originária para

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

e) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados à União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

101. TRE - TO - Analista Judiciário - 2011.

A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros

- a) do Senado Federal, apenas.
- b) da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) da Câmara dos Deputados, apenas.
- d) das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- e) das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

102. TRT - 6ª Região - Juiz do Trabalho - 2013.

Em fevereiro de 2013, foi apresentada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) à Câmara dos Deputados, objetivando modificar "a forma e os requisitos de investidura dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Do relatório de conferência de assinaturas respectivo, extrai-se que referida PEC foi subscrita por 166 dos 513 Deputados Federais. Nessa hipótese, a PEC em questão

- a) não atende à exigência constitucional relativa à apresentação de propostas de emenda à Constituição por iniciativa de membros das Casas do Congresso Nacional.
- b) possui vício de iniciativa, uma vez que a matéria relativa à organização do Poder Judiciário é de iniciativa exclusiva dos órgãos daquele Poder e, nesse caso específico, do Supremo Tribunal Federal.
- c) deveria iniciar seu trâmite pelo Senado Federal, uma vez que apenas propostas de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores têm início na Câmara dos Deputados.
- d) versa sobre matéria vedada à atuação do poder de reforma constitucional, por implicar ofensa ao princípio da separação de poderes.
- e) reúne condições de admissibilidade quanto à matéria e à iniciativa para proposição, devendo ser submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

103. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2007.

As leis delegadas são elaboradas por iniciativa do Presidente

- a) da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.
- b) do Senado Federal.
- c) da Câmara dos Deputados.
- d) do Congresso Nacional.
- e) da República.

104. Câmara Municipal de São Paulo – Técnico Administrativo – 2014.

Sobre as medidas provisórias, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Ao Congresso Nacional não cabe deliberar sobre a presença de pressupostos constitucionais de relevância e urgência, análise que cabe ao Presidente da República.
- b) Ao Senado Federal não cabe deliberar sobre o mérito da medida provisória, sendo de competência privativa da Câmara dos Deputados a aprovação ou rejeição da medida.
- c) As medidas provisórias podem versar sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção do Presidente da República.
- d) As matérias vedadas para edição de medidas provisórias abrangem direito eleitoral, direito penal e direito processual penal.
- e) As medidas provisórias rejeitadas ou que tenham perdido sua eficácia por decurso de prazo poderão ser reeditadas na mesma sessão legislativa.

105. SEFAZ – RJ – Auditor Fiscal da Receita Estadual – 2014.

Com o objetivo de instituir o imposto sobre grandes fortunas, o governo edita medida provisória em 12/04/2013, a qual, aprovada pelo Congresso Nacional, é convertida em lei no dia 10/06/2013. Nesta situação hipotética, o referido imposto sobre grandes fortunas

- a) pode ser cobrado apenas a partir de 01/01/2014, em decorrência do princípio da anterioridade tributária.
- b) pode ser cobrado apenas a partir de 09/09/2013, em decorrência do princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- c) não pode ser cobrado por ser inconstitucional, na medida em que a Constituição da República expressamente veda a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
- d) não pode ser cobrado por ser inconstitucional, na medida em que a Constituição da República proíbe a criação do imposto sobre grandes fortunas em respeito ao princípio da igualdade tributária.
- e) pode ser cobrado a partir de 12/04/2013, pois medida provisória gera efeitos desde sua edição, os quais, posteriormente, poderão ser mantidos ou não, conforme apreciação do Congresso Nacional.

06.2 Do Poder Executivo

106. TCE – AP – Técnico de Controle Externo – 2012.

O Presidente da República

- a) exerce a função de chefe de governo, mas não a de chefe de Estado.
- b) toma posse em sessão da Câmara dos Deputados, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição.
- c) tem competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes.
- d) edita medidas provisórias, com força de lei.
- e) nomeia Ministros de Estado, após a escolha ser aprovada pelo Congresso Nacional.

107. TRF - 2ª Região - Analista Judiciário - 2012.

Minotauro é presidente do Brasil e Golias é o Vice-Presidente. Minotauro faleceu na semana passada de ataque cardíaco e Golias faleceu ontem em um trágico acidente de trânsito. Assim, diante da vacância de ambos os cargos, na ordem sucessiva prevista na Constituição Federal brasileira, será chamado primeiramente ao exercício da Presidência o

- a) Presidente do Senado Federal.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro das Forças Armadas.
- e) Procurador-Geral da República.

108. TST - Analista Judiciário - 2012.

A Presidente da República Federativa do Brasil, no exercício de suas funções, pretende delegar uma de suas atribuições expressamente previstas na Constituição Federal de 1988. Nesta hipótese, poderá a Presidente da República delegar sua competência privativa para

- a) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, ao Presidente do Congresso Nacional.
- b) prover Cargos Públicos federais na forma da Lei, a um dos Ministros de Estado.
- c) nomear e exonerar os Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República.
- d) convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, ao Advogado Geral da União.
- e) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição a um dos Ministros de Estado.

109. SEFAZ - RJ - Auditor Fiscal da Receita Estadual - 2014.

Suponha que o Presidente da República esteja obstruindo o livre exercício das atividades do Congresso Nacional. Neste caso,

- a) a União poderá sofrer intervenção federal por solicitação do Congresso Nacional.
- b) o Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Senado Federal, por crime de responsabilidade.
- c) a União poderá sofrer intervenção federal mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) o Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade.
- e) a União poderá sofrer intervenção federal mediante requisição do Senado Federal.

110. TCE - AP - Analista de Controle Externo - 2012.

Se o Presidente da República atira contra seu próprio primo e comete um crime de homicídio, na vigência de seu mandato, motivado, apenas, por violento ciúme em relação à esposa,

- a) não poderá ser responsabilizado pelo ato enquanto durar seu mandato.
- b) será processado e julgado, na vigência de seu mandato, pelo Supremo Tribunal Federal.

- c) será processado e julgado, na vigência de seu mandato, pelo Senado Federal, e, caso seja considerado culpado, sofrerá a pena de impeachment.
- d) será submetido a um primeiro julgamento perante o Congresso Nacional, o qual decidirá sobre a manutenção da decretação da prisão preventiva.
- e) poderá ficar afastado do cargo, por decisão do Senado Federal, até que se ultime o julgamento no Supremo Tribunal Federal.

06.3 Do Poder Judiciário

Disposições Gerais

111. TST - Analista Judiciário - 2012.

A Constituição Federal permite aos juízes

- a) dedicarem-se à atividade político-partidária.
- b) receberem custas em processo, desde que haja autorização do respectivo tribunal.
- c) titulares residirem em comarca distinta daquela onde exercem sua função, desde que haja autorização do respectivo tribunal.
- d) impedirem a imediata distribuição de processos por razões de conveniência do serviço.
- e) exercerem a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, independentemente do tempo de afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

112. TRF - 4ª Região - Analista Judiciário - 2014.

Os tribunais do país estão, em regra, sujeitos em sua composição ao chamado quinto constitucional, que vem a ser o preenchimento de um quinto de seus cargos distribuídos igualmente entre advogados e membros do Ministério Público. Configuram EXCEÇÕES ao quinto constitucional:

- a) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho.
- d) Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais.
- e) Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.

113. TRT - 1ª Região - Analista Judiciário - 2013.

Na hipótese de uma Turma do Tribunal Regional do Trabalho deparar-se com questão ainda não examinada pelo Supremo Tribunal Federal, atinente à constitucionalidade de lei, prejudicial à decisão de um caso concreto submetido a seu julgamento, o órgão julgador, em virtude do quanto dispõe a Constituição da República,

- a) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Supremo Tribunal Federal, ao qual compete a guarda da Constituição.
- b) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, instância jurisdicional final em matéria trabalhista.

c) poderá afastar a incidência da lei, desde logo, mas não declarar sua inconstitucionalidade expressamente, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.

d) não poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, tampouco afastar sua incidência, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.

e) poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, bem como afastar sua incidência, independentemente da existência de decisão anterior proferida a esse respeito por outras instâncias da Justiça do Trabalho ou pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de decisão a ser tomada em sede de controle difuso de constitucionalidade.

Do Supremo Tribunal Federal e Do Superior Tribunal de Justiça

114. TRT - 6ª Região - Técnico Judiciário - 2012.

Dentre as atribuições constitucionalmente previstas para o Supremo Tribunal Federal destaca-se

a) processar e julgar, originariamente, ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

b) julgar, em recurso especial, as causas cuja decisão de última instância tenha contrariado tratado ou lei federal.

c) julgar, em recurso especial, as ações rescisórias de seus julgados.

d) processar e julgar, originariamente, os juízes federais, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade.

e) processar e julgar, originariamente, todas as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

115. TCE - GO - Analista de Controle Externo - 2014.

Considere:

I. Câmara dos Deputados.

II. Tribunal de Contas da União.

III. Mesa do Senado Federal.

IV. Tribunal Superior Eleitoral.

V. Tribunal Superior do Trabalho.

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente Mandado de Injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição dos órgãos indicados em

a) I, II e III, apenas.

b) I, III, IV e V, apenas.

c) I, II, III e IV, apenas.

d) II, IV e V, apenas.

e) I, II, III, IV e V.

116. CNMP – Técnico Administrativo – 2015.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente:

- a) o crime político.
- b) a extradição solicitada por estado estrangeiro.
- c) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- d) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e, nestes e nos de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
- e) o habeas corpus, mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

117. TRT – 19ª Região – Analista Judiciário – 2014.

O STF editou a súmula vinculante no 4 com o seguinte teor:

Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

Ao julgar demanda em grau recursal, um Tribunal Regional do Trabalho proferiu acórdão que contrariou o enunciado da súmula vinculante acima referida. Neste caso, se presentes os requisitos legais, o acórdão poderá ser objeto de

- a) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de recurso ao Tribunal competente.
- b) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de pedido de providências junto ao Conselho Nacional de Justiça, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.
- c) reclamação constitucional, perante o Tribunal Superior do Trabalho, bem como de recurso ao Tribunal competente.
- d) reclamação constitucional, perante o Tribunal Regional do Trabalho, cujo acórdão poderá ser objeto, se for o caso, de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça e de recurso ao Tribunal competente, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.

Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

118. TRF – 5ª Região – Analista Judiciário – 2013.

Um cidadão requer vista de processo administrativo relativo a um contrato de aquisição de materiais de escritório por uma autarquia federal, a fim de obter informações e documentos para instruir representação perante os órgãos de controle externo a que se sujeita a entidade. O dirigente da entidade recusa o pedido de vista. Nesta hipótese, a fim de ver sua pretensão reconhecida, o cidadão está legitimado para a propositura de

- a) habeas data, de competência do juiz federal.
- b) mandado de segurança, de competência do juiz federal.
- c) mandado de segurança, de competência originária do Tribunal Regional Federal.
- d) habeas data, de competência originária do Tribunal Regional Federal.

e) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

119. TRF - 1ª Região - Analista Judiciário - 2011.

Dentre outras, NÃO é competência dos juízes federais, processar e julgar

- a) contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- b) causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- c) mandado de segurança e habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados casos de competência dos tribunais federais.
- d) disputa sobre direitos indígenas.
- e) causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

Dos Tribunais e Juízes Eleitorais e Dos Tribunais e Juízes dos Estados

120. TRT - 16ª Região - Técnico Judiciário - 2014.

De acordo com a Constituição Federal, haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal, composto de sete membros. Na sua composição, quatro de seus sete membros serão nomeados mediante eleição pelo voto secreto, sendo

- a) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e dois juízes federais, dentre juízes federais, escolhidos pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- b) três juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e um juiz, dentre juízes de direito, escolhido pelo Tribunal de Justiça.
- c) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
- d) três juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e um juiz federal, dentre juízes federais, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- e) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, um juiz, dentre juízes de direito escolhido pelo Tribunal de Justiça, e um juiz federal, dentre juízes federais, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.

121. TRE - RR - Analista Judiciário - 2015.

O Tribunal Regional Eleitoral, nos termos da Constituição da República, será composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juízes de Direito, Juiz do Tribunal Regional Federal e Advogados. A escolha de tais integrantes compete ao

- a) Tribunal Superior Eleitoral, com posterior nomeação pelo Presidente da República.
- b) Tribunal de Justiça do Estado, quanto aos Desembargadores e Juízes de Direito, e ao Tribunal Regional Federal, quanto a seu Juiz, independentemente de aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelo Presidente da República.
- c) Presidente da República, quanto aos Advogados, após a elaboração de lista sêxtupla pelo Tribunal Regional Federal.

d) Tribunal de Justiça do Estado, quanto aos Desembargadores e Juízes de Direito, sujeitando-se tais escolhas à aprovação do Presidente da República.

e) Conselho Nacional de Justiça, quanto aos Magistrados, e ao Presidente da República, quanto aos Advogados.

122. TRE - RR - Técnico Judiciário - 2015.

Nos termos da Constituição Federal, o Tribunal Superior Eleitoral será composto por Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Advogados. A escolha de tais integrantes incumbe:

a) Ao Presidente da República, submetendo-se a indicação à aprovação pelo Senado Federal.

b) Ao Presidente da República, ouvido o Supremo Tribunal Federal e independentemente de aprovação pelo Senado.

c) Ao Supremo Tribunal Federal, após aprovação do Presidente da República.

d) À Ordem dos Advogados do Brasil, quanto aos Advogados, sujeitando-se a indicação à aprovação pelo Senado Federal.

e) Ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, quanto a seus Ministros, e ao Presidente da República, após indicação pelo Supremo Tribunal Federal, quanto aos Advogados.

123. TRE - SP - Técnico Judiciário - 2012.

Considere as seguintes afirmações a respeito dos Tribunais e Juízes do Estado, em conformidade com as disposições normativas constitucionais:

I. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição da República, sendo a competência dos tribunais definida na Constituição do Estado e a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

II. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça eleitoral estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelas juntas eleitorais.

III. O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

Está correto o que consta APENAS em

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) I e III.

06.4 Das Funções Essenciais à Justiça.

124. MPU - Técnico do Ministério Público - 2007.

Dentre os princípios institucionais do Ministério Público, a indivisibilidade significa que seus membros

a) devem acatar as decisões dos órgãos da administração superior, sob pena de perderem os respectivos cargos.

- b) integram um único órgão sob a direção do Procurador-Geral da República.
- c) não se encontram subordinados a nenhum outro órgão ou poder quando desempenham seus deveres profissionais.
- d) somente podem ser removidos compulsoriamente de seus respectivos cargos mediante decisão do colegiado competente.
- e) podem ser substituídos uns pelos outros, não arbitrariamente, mas conforme a forma estabelecida na lei.

125. SEFAZ - PI - Analista do Tesouro Estadual - 2015.

Na Constituição brasileira de 1988, o inquérito civil e a ação civil pública aparecem dentre as funções institucionais do Ministério Público para a proteção

- a) dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros.
- b) do patrimônio cultural do povo brasileiro.
- c) dos direitos individuais de brasileiros e estrangeiros.
- d) do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) dos direitos sociais dos trabalhadores.

126. DPE - SP - Defensor Público do Estado - 2010.

Em uma cidade, diversas mães têm comparecido no atendimento inicial da Defensoria Pública para se queixarem de que não têm conseguido vaga em creche municipal para seus filhos. O Defensor Público deve

- a) orientar as mães a procurarem o serviço de assistência social do Município e elaborar os respectivos ofícios de encaminhamento.
- b) informar que é possível a propositura de ação civil pública, pois se trata de direito social de natureza difusa, e encaminhar as mães para o Ministério Público.
- c) informar que se trata de direito constitucional de natureza social, mas que infelizmente há normas na Constituição chamadas de programáticas, bem como entendimento jurídico chamado de "reserva do possível", que não recomendam o ajuizamento de ação nesse caso.
- d) orientar as mães a se organizarem e a denunciarem o fato na Ouvidoria Municipal, bem como marcar audiência com o Prefeito e procurar ajuda junto aos Vereadores a fim de que possam interferir na formulação do orçamento municipal.
- e) ajuizar ação judicial com base no direito à educação que compreende o atendimento em creche e pré-escola, pois a "reserva do possível" não pode ser oponível à realização do "mínimo existencial".

Gabarito

01 - C	02 - C	03 - A	04 - A	05 - C	06 - B	07 - A	08 - D	09 - A	10 - E
11 - C	12 - A	13 - E	14 - A	15 - E	16 - C	17 - C	18 - D	19 - D	20 - A
21 - C	22 - D	23 - C	24 - B	25 - B	26 - B	27 - D	28 - A	29 - C	30 - A
31 - D	32 - C	33 - D	34 - E	35 - A	36 - E	37 - C	38 - E	39 - D	40 - E
41 - C	42 - D	43 - D	44 - C	45 - C	46 - B	47 - B	48 - E	49 - D	50 - D
51 - C	52 - C	53 - E	54 - A	55 - C	56 - A	57 - B	58 - B	59 - C	60 - C
61 - C	62 - D	63 - E	64 - D	65 - C	66 - E	67 - D	68 - E	69 - B	70 - D
71 - C	72 - E	73 - D	74 - D	75 - A	76 - B	77 - D	78 - C	79 - D	80 - B
81 - A	82 - E	83 - A	84 - A	85 - A	86 - A	87 - E	88 - D	89 - C	90 - B
91 - A	92 - C	93 - B	94 - A	95 - C	96 - E	97 - C	98 - E	99 - C	100 - C
101 - B	102 - A	103 - E	104 - D	105 - C	106 - D	107 - B	108 - B	109 - B	110 - A
111 - C	112 - A	113 - D	114 - A	115 - E	116 - B	117 - A	118 - B	119 - A	120 - C
121 - B	122 - E	123 - E	124 - E	125 - D	126 - E				